

## **A EDUCAÇÃO DO CAMPO SUBMISSA AO CONTEXTO URBANO: A IMPORTÂNCIA DE UM NOVO MODELO EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA SUSTENTABILIDADE**

Ludimila de Miranda Rodrigues Silva <sup>1</sup>  
Vagner Luciano de Andrade<sup>2</sup>

### **RESUMO**

A valorização da natureza e da essência rural é considerada pela sociedade atual como uma paralisia econômica e como empecilho ao desenvolvimento tecnológico, desconsiderando toda uma dinâmica construída historicamente pela sociedade, pautada na necessidade de equilibrar as relações homem/natureza, através do crescimento econômico aliado à preservação ambiental e à equidade social. Neste sentido a educação, tem o caráter de intervenção estratégica, responsável por transformações sociais, sendo um relevante instrumento pelo qual a questão ambiental pode ser definitivamente incluída na percepção das pessoas e das comunidades, tanto urbanas quanto rurais, contribuindo decisivamente para a construção de um futuro verdadeiramente sustentável. Mas não é essa a realidade da educação brasileira, onde no campo, se reproduz os padrões educacionais, tipicamente urbanos e as ideologias capitalistas dominantes, descaracterizando e desvalorizando a cultura camponesa. A construção de um novo projeto educacional, voltado à realidade e às especificidades do contexto rural, se faz urgentemente necessário, visando preencher uma lacuna histórica existente no campo. Nesse sentido, o presente trabalho, objetiva apresentar brevemente a necessidade da educação rural, como mecanismo de construção de perspectivas sustentáveis no campo. Utilizando como metodologia revisão bibliográfica. Para isso deve-se buscar a essência dos elementos educacionais e demais utopias construídas ao longo da história humana, objetivando promoção de justiça social, proteção ambiental, qualidade de vida e dignidade humana. Esse novo projeto educacional deve voltar-se à promoção da qualidade de vida e sustentabilidade agrária, bem como ser um mecanismo de reconhecimento de potencialidades rurais e de fixação do pequeno agricultor e sua família.

---

<sup>1</sup>Geógrafa, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ludimilardrigues86@gmail.com

<sup>2</sup>Bacharel/Licenciado em Geografia e Análise Ambiental pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH e Mestre em Direção e Consultoria Turística pela Universidad Europea Del Atlántico (Santader, Espanha).  
E-mail:serradatapera@yahoo.com.br



**Palavras-chave:** Cultura Rural; Educação e Sustentabilidade; Fixação camponesa; Potencialidades rurais.

### ABSTRACT

The valorization of nature and the rural essence is considered by the present society as an economic paralysis and as an obstacle to technological development, disregarding a dynamics historically built by society, based on the need to balance man / nature relations, through economic growth allied to environmental preservation and social equity. In this sense, education has the character of a strategic intervention, responsible for social transformations, being an important instrument by which the environmental issue can be definitely included in the perception of people and communities, both urban and rural, contributing decisively to the construction of a sustainable future. But this is not the reality of Brazilian education, where in the countryside, it reproduces the educational patterns, typically urban and the dominant capitalist ideologies, discharacterizing and devaluing peasant culture. The construction of a new educational project, focused on the reality and the specificities of the rural context, is urgently necessary, aiming to fill a historical gap in the countryside. In this sense, the present paper aims to present briefly the need of rural education, as a mechanism for building sustainable perspectives in the field. For this, one must seek the essence of the educational elements and other utopias built throughout human history, aiming to promote social justice, environmental protection, quality of life and human dignity. This new educational project should focus on the promotion of quality of life and agrarian sustainability, as well as being a mechanism for recognizing rural potentialities and fixing the small farmer and his family.

**Keywords:** Rural Culture; Education and Sustainability; Peasant fixation; Rural potentialities.

### INTRODUÇÃO

A sociedade moderna, resultante dos atuais processos de globalização, dilacera e fragmenta a extensa diversidade cultural da humanidade. Isso tornou “comuns e aceitáveis” algumas características decorrentes do atual modelo sócio-econômico como dominação, exploração, degradação e alienação. Após o estabelecimento do capitalismo, a cultura do consumo exacerbado, e sua íntima ligação com a contínua exploração da natureza, se tornaram mais intensa devido aos processos de extração de recursos naturais para transformação de matéria prima em bens de consumo, visando atender aos ditames impostos pelo sistema vigente. Com o advento da Revolução Industrial, a industrialização e a consequente urbanização, ao intensificarem o processo de dilapidação da natureza, colocaram os recursos naturais à disposição de poucos homens com seus interesses de lucro e poder, desprezando o interesse coletivo da sustentabilidade necessária a todos. Neste contexto, uma forma cultural, extremamente específica: a rural - foi ignorada e considerada como sinônimo de atraso e retrocesso, aumentando cada vez mais, a submissão e dependência do campo em



relação à cidade. A vida na zona rural se tornou algo aparentemente “árduo”, diante dos “encantos e promessas” da cidade, fato que associado à falta de um projeto educacional específico, voltado para o contexto rural, impôs uma realidade difícil às comunidades rurais (ANDRADE, 2006).

No que se refere ao contexto educacional, as Constituições existentes no Brasil até o ano de 1891, não contemplavam um projeto de educação voltado à realidade da zona rural, devido ao fato do país ser considerado de origem eminentemente agrária, sendo que o tema só foi tratado a partir de 1934 (ROMANO; CUNHA, 2006, p. 2). Estas comunidades, por sua vez, devido à lógica capitalista, se tornaram meros espaços produtores de várias matérias primas, direcionados ao crescente consumo da sociedade industrial e urbana. Como consequência imediata, visando atender aos ditames consumistas, o relevante patrimônio ambiental inserido nestas localidades passou a ser insustentavelmente apropriado e utilizado, desrespeitando sua capacidade natural de suporte, resultando em inúmeros problemas socioambientais. Assim, surgiram conflitos culturais entre espaço rural e espaço urbano e disputas entre grandes produtores rurais, ansiosos por lucro e pequenos agricultores ligados a terra, na qual obtêm o árduo sustento. Como resposta a esta realidade, os alunos do meio rural precisam de uma formação educacional que permita a vivência de instrumentos e mecanismos de ação, objetivando a transformação da realidade local, através do reconhecimento de potencialidades que harmonizem o processo de apropriação dos recursos naturais, efetivando assim, a fixação dos camponeses em pleno desenvolvimento no campo, para então minimizar-se os efeitos perversos do sistema socioeconômico vigente (MARTINS, 2011). Nesse sentido, o presente trabalho, objetiva apresentar brevemente a necessidade da educação rural, como mecanismo de construção de perspectivas sustentáveis no campo. Utilizando como metodologia revisão bibliográfica.

## **A educação rural e sua histórica submissão ao contexto urbano**

A expulsão do homem do campo, que se dirige às grandes cidades em busca de novas perspectivas e melhorias é uma realidade marcante em todo o país. Esta lógica capitalista, que o faz romper com sua cultura ancestral, de contato sustentável com a terra, levando-o a vislumbrar os atrativos típicos dos centros urbanos, cria fantasias que serão posteriormente transformadas em frustração e exclusão. Sem qualificação, sem emprego e sem perspectivas, ele e sua família estarão condenados à inserção nas problemáticas periferias, em alguns casos sem direito a condições dignas de vida, ampliando os índices de



dominação, exploração, degradação e alienação, já tão alicerçados na estrutura da sociedade atual. Basicamente, são vários os fatores de expulsão do homem do campo, todos decorrentes do insustentável modelo rural vigente no contexto social brasileiro, fato que se agrava, devido à falta de uma educação de qualidade, voltada a atender as demandas e necessidades específicas dos camponeses.

Diante do consumismo capitalista, da dilapidação ambiental, das incertezas e ausências de perspectivas, das disparidades sociais, o pequeno produtor se vê diante de duas opções, e somente uma escolha: resistir, mantendo seu vínculo harmônico com a terra de seus ancestrais, ou sucumbir atendendo a voracidade do sistema opressor. Caso a alternativa escolhida seja a segunda, restará um único caminho: sem orientações técnicas adequadas, ocorrerá uma contínua exploração dos recursos naturais até a exaustão dos mesmos, criando posteriormente um rompimento temporário ou definitivo com a realidade rural, que o levará a procurar por novas oportunidades na cidade.

Mas se por um lado, existe o pequeno produtor rural, sem assistência técnica e sem instrumentos e mecanismos necessários ao aumento da produção, necessários como condições dignas de competir com grandes produtores, por outro lado, uma nova configuração espacial está sendo construída no campo, voltada à intensa produção, onde se amplia a mecanização agrícola, a implantação de monoculturas, a concentração de terras, as quais serão responsáveis por inúmeras dificuldades impostas ao pequeno agricultor e sua família, terminando por expulsá-los. Um novo modelo educacional voltado à realidade do campo, como mecanismo de construção da sustentabilidade rural faz-se urgentemente necessário para se preencher esta lacuna histórica (SANTOS, ANDRADE, 2008).

A escola, enquanto espaço de construção da democracia, da participação e da inclusão, não pode jamais ocultar ou ignorar realidade culturais distintas, como o caso da cultura rural e suas especificidades, bem como permanecer indiferente à dura realidade imposta a inúmeros camponeses, oprimidos pelo sistema. Escritos de Knijnik (1996, p.143) expressam muito bem esta necessidade:

*[...] no cotidiano de nossas salas de aula, precisamos estar atentos para outros mundos – como os construídos longe dos grandes centros urbanos, se quisermos nos contrapor à exclusão de muitos e à cidadania de poucos, buscando contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente mais democrática.*

A partir desta realidade, deve-se retomar a discussão em torno da construção da sustentabilidade no campo, baseada principalmente na valorização dos patrimônios natural e cultural das comunidades rurais e de seus habitantes, promovendo através da educação, meios



efetivos de fixação do pequeno agricultor e de sua família. Mas para que haja sustentabilidade no campo, será necessário revisar os padrões sociais vigentes no interior, sendo que uma maneira de questioná-los, visando sua imediata revisão é a formação do pequeno cidadão rural protagonizada atualmente na educação convencional, que curiosamente reproduz idéias concebidas na cidade. Segundo Faria Filho (2005, p.41), a educação é essencialmente urbana e:

Muitos estudos chamam a atenção para o fato de a escolarização na modernidade ser um fenômeno observado primeiramente nas cidades e que o fortalecimento da escola como instituição da socialização está vinculado às grandes transformações que ocorreram nas cidades a partir do século XVI na Europa e no Brasil, a partir do século XIX.

Diante desta realidade urbano-industrial, alguns questionamentos são necessários, visando compreender a dimensão da cultura rural e possíveis ameaças, que ela vem sofrendo em decorrência do modelo sócio-econômico. Acerca desta educação tipicamente urbana protagonizada no campo, Santos & Andrade (2008, p.28) apontam alguns relevantes questionamentos:

Será que esta educação convencional está atrelada a idéia de promoção da cidadania e sustentabilidade no campo? Será que há verdadeiras intenções de fixação do homem no campo? Será que os aspectos educacionais urbanos, reproduzidos no campo podem levar o pequeno camponês a valorizar o seu espaço? Será que ele é formado para atuar sobre sua realidade local, visando melhorias que sejam necessárias? Ou será que a educação, como é proposta o incentiva a viver de ilusões, querendo ir para as cidades à procura de melhoria da qualidade de vida? Não seria esta melhoria, possível no campo e por quê? Será que há a devida formação voltada ao reconhecimento das potencialidades rurais? A natureza, maior patrimônio das comunidades é devidamente valorizada e racionalmente manejada? E a cultura local, como é compreendida, reproduzida e preservada?

Neste contexto, faz-se necessário a imediata valorização da cultural rural brasileira, através de um projeto educativo adequado a ela, uma vez que esta mesma realidade cultural encontra-se ameaçada de extinção, devido à pressão exercida pelo contexto social de caráter capitalista urbano-industrial. O Conselho Nacional de Educação (cne, 2003, p.4) atesta que:

Por sua vez, a partir de uma visão idealizada das condições materiais de existência na cidade e de uma visão particular do processo de urbanização, alguns estudiosos consideram que a especificidade do campo constitui uma realidade provisória que tende a desaparecer, em tempos próximos, em face do inexorável processo de urbanização que deverá homogeneizar o espaço nacional. Também as políticas educacionais, ao tratarem o urbano como parâmetro e o rural como adaptação reforçam esta concepção.

Sendo extremamente visível a essência urbana da educação, é relevante relembrar e reforçar que as dinâmicas e realidades presentes no meio rural são bastante diferentes do contexto urbano, criando discrepâncias e conflitos, devido à realidade cultural específica de



cada uma. Esta é uma das razões para a evasão na educação rural, pois os alunos sentem “falta de se trabalhar nas escolas rurais uma linguagem relacionada com a realidade local” (ROMANO, CUNHA, 2006, p.6). Knijnik (1996, p. 142) reforça que nesta dura realidade “*são milhões de crianças que, na escola, vêem seu mundo sempre ocultado, seja através do que consta nos livros didáticos, seja através dos conteúdos trabalhados na sala de aula, conteúdos da cidade*”.

Além do fato da educação ser essencialmente urbana, chama a atenção, em algumas comunidades rurais, a atuação pedagógica de profissionais oriundos da cidade, ou distrito mais próximo, que na maioria das vezes, não conhecem bem a realidade socioambiental das localidades em que lecionam. Se o professor desconhece a realidade dos alunos, e se ele não é capaz de diferenciar a realidade rural da urbana, a educação enquanto mecanismo de transformação social compromete seriamente a formação de sujeitos envolvidos com suas comunidades, bem como a construção de um novo projeto de sociedade (COSTA, 2008). Cordeiro (2011, p.2) relata muito bem este desrespeito à realidade rural:

Fala-se muito em trabalhar a realidade dos alunos, porém, o que se vê nas salas de aula é um projeto puramente teórico, longe do contexto da criança, transportando-a para um mundo desconhecido e descaracterizando-a de seu mundo real. Deixando lacunas em seu aprendizado, enfatizando a cultura urbana, esquecendo seu mundo rural.

Dentro dessa visão, somente o professor, que conheça bem a cultura local e elementos naturais existentes na comunidade em que atua, poderá protagonizar a formação de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos consigo mesmos, e com a realidade que os cerca, contribuindo para o reconhecimento das potencialidades locais e para a promoção da sustentabilidade rural. Pois, do contrário, “*a escola rural é assim, é uma escola que estando lá, está fora dali*” (KNIJNIK, 1996, p. 142). Para Romano & Cunha (2006, p.6) a realidade da reprodução da vida urbana e da lógica capitalista, se faz presente quando:

Os professores se empenham mais no desenvolvimento e exploração da cultura urbana, visando o aprendizado dos estudantes e a convivência social, do que o desenvolvimento da cultura rural. É preciso manter viva a história de cada comunidade, seu modo de vida, sem abrir mão da qualidade do ensino.

Somente para exemplificar, os professores de origem urbana, muitas das vezes, são de realidades em diferentes das localidades rurais, como no caso de Bom Retiro, no município de Piracema, a 160 km de Belo Horizonte (Minas Gerais), onde a maioria dos educadores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental, ofertadas na pequena Escola Municipal “Geraldo Ferreira das Chagas”, moram na sede do município,



localizado a aproximadamente 26 km da respectiva instituição, confirmando a idéia descrita por ROMANO & CUNHA (2006, p.6):

A maioria dos educadores que estão na área rural é oriunda da cidade, portanto, costumam implantar os valores e costumes urbanos, esquecendo que a realidade do estudante ruralista é outra. Eles podem até se sair muito bem na escola, mas na vida eles vão se comportar de outra maneira, muito do que eles aprendem na escola não tem valor utilitário para seu cotidiano, está fora do seu contexto de vida prática. De forma que se não houver um repensar sobre esta educação e/ou educadores de escola rural, as crianças interioranas irão continuar a ter conhecimentos básicos do ensino formal que não condizem com sua realidade.

Para se ratificar esta afirmação acerca da total submissão da escola rural ao contexto urbano, no caso da escola rural piracemense citada acima, aqueles alunos que desejassem prosseguir os estudos, teriam que se deslocar 26 km até Piracema, ou 12 km até outro município próximo, denominado Desterro de Entre Rios, para acessar as escolas que oferecem os anos seguintes. Além disso, os alunos da zona rural ainda necessitam se adequar a realidades urbanas, assimilando-as para se inserir no contexto da escola urbana. Todavia, é necessário também compreender a situação dos professores na atual conjuntura da educação em nosso país, onde atualmente, se encontram desanimados, mal-remunerados, desqualificados, sobrecarregados e frustrados, comprometendo o pleno desenvolvimento de projetos estratégicos e relevantes para a sociedade como um todo.

Posto isso, além de se redefinir o papel da educação neste país, é necessário que, urgentemente, sejam resgatados os verdadeiros princípios da mesma, pois valorizar os educadores é certamente valorizar qualquer projeção de um futuro melhor e comum a todos. Nesse sentido, é preciso reconhecê-los, como protagonistas dos processos educativos, seria uma primeira e imediata solução, bem como a devida valorização e constante capacitação, reafirmando também a importância da parceria com os pais no processo de formação do educando, evitando-se assim que este profissional esteja demasiadamente sobrecarregado.

## **Repensando a educação no meio rural como referência direta para a sustentabilidade local**



A ausência de um modelo educacional condizente com a realidade rural é um problema de ordem política, econômica e social, que exige novas posturas governamentais, da sociedade e dos próprios educadores (ROMANO, CUNHA, 2006). E infelizmente reflete a realidade educacional no país, marcada por uma escola completamente desestruturada, tanto nas cidades como no campo, com altos níveis de retenção e evasão causando a exclusão dos construtores de uma nova realidade social. Uma das muitas especificidades da educação capitalista urbano-industrial refere-se ao total desprezo pelos elementos culturais e naturais de determinadas localidades. Por isso, uma educação voltada a uma percepção de cunho socioambiental, como intervenção estratégica e direta, faz-se necessária, tanto em realidades urbanas como em rurais, visando construtivamente valorizar e proteger o meio ambiente, essencial à sobrevivência humana, bem como caracterizar as diferentes realidades culturais existentes na sociedade. Mas, no contexto agrário, a escola, pode se tornar um espaço de referência, ao possibilitar uma educação que integre homem, sociedade e natureza, por estar geralmente mais próxima de áreas naturais ainda protegidas e por terem o seu público alvo oriundo do meio rural, que mesmo vivendo em função das cidades e do consumo, apresenta ainda relevantes elementos de integração entre ser humano e meio ambiente. E é no intuito de se preservar esses valores e modos de vida que Romano e Cunha (2006, p.3) ressaltam que:

Dentro deste contexto e cabível que se busque projetos que motivem os agricultores a permanecerem nas suas comunidades e não precisem migrar para os centros urbanos, pela necessidade de dar aos seus filhos oportunidades de aprendizado formal. Propondo-se a dar aos moradores do campo o que e deles de direito e que as diretrizes educacionais propõem, o ensino de acordo com a realidade desses camponeses.

Em favor de uma maior proximidade entre homem e natureza, a educação rural, deve estar associada à valorização e proteção do patrimônio ambiental e cultural das comunidades, caracterizando-se como um conjunto de práticas e experiências sociais voltadas à promoção da inclusão e da cidadania, resultando na contínua atuação pela melhoria da qualidade de vida local. Frente a isso, a necessidade de revisão do atual modelo de educação aplicado nas realidades rurais, visa que alunos compreendam o meio rural como um lugar onde a relação homem-natureza ainda não foi totalmente rompida pela atual sociedade consumista, egoísta e imediatista, levando-os a valorizarem o campo, a natureza e a cultura local de suas comunidades (ANDRADE, 2011).

Estas e outras questões trazem reflexões sobre a necessidade de uma educação rural comprometida com a formação não apenas social, mas também ambiental como forma de reconhecimento das potencialidades locais visando à efetivação da qualidade de vida. No



caso da construção de um projeto educacional voltado à realidade cultural do meio rural, ROMANO & CUNHA (2006, p.2) enfatizam que:

As Diretrizes Operacionais para a educação Básica na escola do campo foram aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº. 1, de 03 de abril de 2002. A implementação dessas diretrizes foi uma reivindicação histórica dos movimentos sociais do campo e suas orientações referem-se às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito, implica no respeito às diferenças e a política de igualdade, tratando a qualidade da educação escola na perspectiva de inclusão.

Somente uma educação rural, voltada à compreensão das especificidades do homem do campo e sua cultura local, pode tecer contribuições efetivas na construção e consolidação da sustentabilidade agrária e da fixação do agricultor familiar no campo, necessidade esta, baseada no artigo 28 da Lei federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que diz que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1996, p.1).

O respectivo artigo da Lei de Diretrizes e Bases deixa clara a necessidade de uma revisão e reformulação do sistema educacional brasileiro vigente, diferenciando as dinâmicas e realidades rurais do contexto urbano, reforçando a necessidade da construção de um novo modelo educativo baseado numa formação sócio-ambiental rural, que efetive a fixação dos camponeses, promovendo efetiva sustentabilidade no campo (ANDRADE, 2008). Sendo assim, a revisão e reestruturação dos padrões educacionais vigentes no contexto rural implicam, sobretudo, no rompimento com esse modelo de educação convencional, baseado na vida urbana e reprodutor das ideias capitalistas dominantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante desse modelo educacional essencialmente urbano, a educação no meio rural deve priorizar a formação da percepção ambiental dos alunos e não somente uma compreensão social fragmentada, priorizada pelo caráter antropocêntrico da educação convencional. Deverá se pautar ainda na necessidade de se instrumentalizar os educandos para o reconhecimento de potencialidades locais, para a ação que efetive a qualidade de vida das



comunidades, contribuindo decisivamente para a construção de um novo modelo de relação entre ser humano e meio ambiente pautado em perspectivas de sustentabilidade rural. A educação rural visa inserir o aluno no espaço, que ele próprio ajudará a moldar através de sua história, crítica, reflexão e ação. Os elementos educacionais devidamente aplicados na realidade rural podem permitir o sentimento de identidade e pertencimento, propiciando a vivência e a construção coletiva da cidadania, ao permitir que cada indivíduo enquanto agente social seja capaz de construir e transformar a sua história, a sua sociedade, o seu espaço.

Neste sentido, a educação rural deve orientar o conhecimento, análise e enfrentamento da realidade, permitindo a identificação, a compreensão e o reconhecimento das possibilidades de mudanças, que resultem na produção de um espaço e sociedade melhores. Somente assim a percepção e a consciência socioambiental serão ampliadas resultando em cidadãos conscientes, engajados e articulados que questionem e confrontem o modelo social vigente através da participação, da luta, da crítica, da organização, da percepção, do pensamento e do desafio.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vagner Luciano de. **A crise da sociedade moderna**. In: **Revista Ecologia Integral**. Ano 6, Nº 27. Jan-Mar/2006.

ANDRADE, Vagner Luciano de. **A educação do campo como instrumento de valorização do espaço rural**. In: APGAUA, Eliana. LUIZ, Fátima Cristina Sampaio. XXII Curso de Extensão das Oficinas de Educação Ambiental BH Itinerante. Módulo – **Conflitos Urbanos: Projeções e Impactos**. PBH/SMMA/GEEDA. 1º semestre de 2011.

ANDRADE, Vagner Luciano de. **SUSTENTABILIDADE RURAL: a necessidade da construção de um novo modelo de educação básica voltado à valorização socioambiental do campo**. Desterro de Entre Rios: Projeto CANDEIAS/Movimento AMIGO, 2008. 17 p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE. **Resolução nº. 1, de 03 de abril de 2002**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 2002.

CORDEIRO, Maria do Carmo. **Cultura, Sociedade, Educação e Meio Rural**. **Revista UEMG**, 2011, vol.3. Disponível em <http://www.divinopolis.uemg.br/revista/revista-eletronica3/artigo10-3.htm>. Acesso em: maio/2013.

COSTA, Carmem Lúcia. Escolas rurais: toda educação deve ser ambiental. In: **Revista Ecologia Integral**. Belo Horizonte: Ano 8, nº 33. p. 26-27. Março/2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Cultura Escolar e Cultura Urbana no Brasil. **Revista Presença Pedagógica**, volume 11, nº 66, Nov - Dez/2005. p. 41



KNIJNIK, Gelsa. *et al.* A Educação em Tempos de Globalização. Porto Alegre: DP & A, 1996, p.141-145

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. CONDÉ, Fernando. A dialética campo-cidade e o desafio de educar. In. **Presença Pedagógica**. Volume 17, nº 99. mai./jun. 2011. p. 38-41

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9394.htm>. Acessado em **04/10/2018**.

ROMANO, R. L.; A. S. CUNHA. Educação rural: um desafio para o educador, uma perspectiva de inclusão para o educando. Anais: VII Semana da Alfabetização: Educação de Jovens e Adultos e a Sustentabilidade. São Paulo, 2006. Disponível em: [http://www.semana.org.br/frm\\_cerimonia.asp](http://www.semana.org.br/frm_cerimonia.asp) (consultado em 26 de janeiro de 2012).

SANTOS, Ana Paula dos; ANDRADE, Vagner Luciano de. Educação rural como instrumento de valorização do campo. In: **Revista Ecologia Integral**. Belo Horizonte: Ano 8, nº 33. p. 28. Março/2008

SANTOS, Ana Paula dos. ANDRADE, Vagner Luciano de. Educação rural como instrumento de valorização do campo. In: **Revista Ecologia Integral**. Belo Horizonte: Ano 8, nº 33. p. 28. Março/2008.

**Artigo recebido em: 07/09/2018.**

**Artigo aceito em: 09/12/2018.**

